

# **O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA SAÚDE PÚBLICA: ANÁLISE DOS DESAFIOS PARA FUTURAS INTERVENÇÕES**

Dayane Silva dos Santos

Centro Educacional Augusto Motta- UNISUAM

[dayane\\_ssantos@ibest.com.br](mailto:dayane_ssantos@ibest.com.br)

A presente pesquisa tem como objetivo a superação dos limites postos às relações profissionais interdisciplinares, através da análise dos desafios da prática interdisciplinar dos profissionais da saúde pública, que sugere o trabalho em equipe, contextualizando esse processo de trabalho ao capitalismo e à atual conjuntura social, econômica e política e suas influências nas relações da sociedade, amparado por revisão bibliográfica de autores que discutem a “Questão Social”, a saber: Marilda Villela Yamamoto, Elaine Behring, Ivanete Boschetti e Josiane Santos. Foram selecionados cinco casos numa instituição pública de saúde, referência no tratamento de crianças e adolescentes, de junho a dezembro de 2013, e a partir de metodologia qualitativa, enfoque dialético e coleta de dados empíricos de fonte primária, a pesquisa, que está em desenvolvimento, já apontou de acordo com os dados já analisados, que as relações interdisciplinares sofrem influências das relações sociais entre os trabalhadores, da instituição, das particularidades de cada usuário atendido, das condições técnicas, sociais, políticas e econômicas.

## **1. A problematização da sociedade capitalista e a compreensão da “Questão Social”.**

Antes do capitalismo burguês se afirmar, não havia exploração do trabalho pelo capital. Segundo Behring e Boschetti (2011) *as sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem*. Dessa forma mantinham a organização tradicional do trabalho, impedindo a mobilidade do trabalhador, garantindo o mínimo aos pobres mercedores<sup>1</sup> e produzindo o necessário para a manutenção social.

Segundo Marx (1987:50), apudBehring e Boschetti (2011: 51),

---

<sup>1</sup> Aquelles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes de trabalhar, mas considerados pela moral da época como incapazes, é o caso de nobres empobrecidos.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem- quaisquer que sejam as formas de sociedade-, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

Na sociedade capitalista burguesa, o trabalho é posto como mercadoria, ou seja, a venda da força de trabalho é colocada como natural e necessária para a manutenção da vida social. Marx desmistifica essa teoria da economia clássica e explica que o trabalho é atividade natural do homem, que resulta de dispêndio de energia física e mental, e tem como objetivo a produção de materiais e serviços necessários à reprodução humana.

Nesta sociedade, o valor de uso do trabalho humano, ou seja, essa qualidade de trabalho humano que se materializa em um produto e que só se realiza com a utilização desse produto, é transformada em valor de troca, ou seja, o trabalho é visto como uma mercadoria, que deve ser vendida ao proprietário dos meios de produção, que expropriará a mais- valia absoluta do trabalhador quando durante o período em que este estiver cumprindo sua carga horária de trabalho, será pago um valor inferior ao que deveria ser pago pelo tempo destinado ao trabalho, o que acarretará no lucro do proprietário dos meios de produção, pois foi destinado um tempo médio maior de trabalho do que o socialmente necessário para a produção de determinado produto.

O circuito do trabalho, para o capital, é fonte geradora de lucro e nesse contexto se instaura uma disputa entre burgueses (detentores dos meios de produção) e trabalhadores (possuidores de mão- de- obra viva), *na medida em que o tempo médio de trabalho socialmente necessário é fundamental para o processo de valorização do capital e também de reprodução da força de trabalho. (BEHRING E BOSCHETTI,2011: 54)*

Quando a sociedade adquire a forma de produção capitalista e os trabalhadores são considerados livres para trabalhar em qualquer empresa, sem nenhuma legislação protetiva, tendo em vista que as legislações pré- capitalistas foram extintas favorecendo a subsunção do trabalho pelo capital, tem- se início o fenômeno da Questão Social.

Portanto a Questão Social é resultado da forma como uma sociedade em determinado período histórico se organiza para produção e reprodução social, necessária

a sua manutenção. Neste caso, trata-se da formação econômica capitalista, fundamentada na exploração do trabalho pelo capital.

Segundo Behring e Boschetti (2011: 53),

Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da Questão Social. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida.

Para compreensão da Questão Social, é importante salientar que com o ciclo do capital, tem início a elevação da composição orgânica do capital que gera o domínio do trabalho morto (meios de produção) sobre o trabalho vivo (mão-de obra), mesmo este sendo a única fonte de valor do capitalismo. Essa contradição faz alargar a quantidade de superpopulação relativa, trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho e vivem às margens da sociedade, com toda precariedade, sem nenhum auxílio. Essa contradição torna-se fundamental para a manutenção capitalista pois os trabalhadores tornam-se reféns do mercado para a reprodução da vida em sociedade, uma vez que existe muita concorrência pelas vagas de emprego disponibilizadas e os burgueses podem ditar ordens sobre os trabalhadores e os oferecer os piores meios de trabalho e vida.

A questão social, conjunto das mazelas do capitalismo expressa em diferentes formas e escalas, segundo Behring e Santos (2009), *numa perspectiva reducionista e positivista, em geral, aparece como problema social, fato social, fenômeno social desvinculado da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais.*

Segundo Santos (2008:26),

Compreender a “questão social” como expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista é uma clara inflexão nos fundamentos do debate instaurado pelas ciências sociais. Este toma, como argumento central para a abordagem da “questão social”, as mudanças nas formas de “solidariedade” ou “coesão social”, donde desaparecem as conexões mais essenciais da constituição desses valores como complexos historicamente determinados da

sociabilidade. Explicita-se, assim, a diferencialidade ideopolítica dada pelo conservadorismo imanente ao debate da “questão social” nas ciências sociais: o elenco de fenômenos denominado como “questão social” apresenta-se “deshistoricizado” e “des-economizado”, denotando as características próprias da “apologia indireta” 7(LUKÁCS,1959). A separação dos fenômenos sociais em relação aos seus fundamentos econômicos e históricos (NETTO (org.),1992b)8 obscurece as potencialidades da razão na direção da totalidade, o que acaba sendo funcional para a pretensa “naturalização” e aparente positividade do capitalismo.

Essa conclusão de Santos adverte para a análise da questão social a partir da totalidade social, categoria imprescindível para a corrente marxista, que desde Marx e Engels busca compreender o ciclo do capital e sua influência nas relações sociais. Segundo BOTTOMORE, (1998: 381):

A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas- isto é, as “totalidades parciais”- estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética das mediações concretas múltiplas que constituem a estrutura de determinada totalidade social.

Desse modo, a totalidade social abrange todas as relações sociais, microsociais e macrosociais, imbuída da dialética que representa a influência mútua entre essas relações, o movimento, a dinâmica constante da sociedade, e da história que representa a importância e representação de um determinado período e sua influência no período posterior, além do materialismo que determina que a realidade é anterior ao pensamento. Tudo está intrinsecamente ligado para a teoria marxista.

A sociedade capitalista conseguiu, através de suas estratégias para automanutenção, fazer com que os indivíduos não relacionem suas carências sociais com o movimento do capital, com suas relações de produção e reprodução social. Uma sociedade positivista, como a capitalista, ao ver as seqüelas do capitalismo expressas na realidade social dos indivíduos, culpabiliza- os. Algumas vezes, os indivíduos partilham da mesma expressão da questão social, apenas em graus diferentes, e o que experimenta

em grau menor culpabiliza o que experimenta em grau maior, por suas mazelas em graus também maior, como acontece com os usuários do sistema de saúde pública ou com os trabalhadores. De acordo com Iamamoto (2001:18),

a pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta numa *autonomização e suas múltiplas expressões* – as várias “questões sociais” – em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume.

A questão social, para ser compreendida, deve ser refletida no campo da idéia. A matéria que é a realidade social- as expressões da questão social- deve ser elevada ao campo intelectual, através da *mediação*, só então alcançaremos a unicidade da questão social, que não é uma categoria posta na realidade, e compreenderemos a realidade através de um processo inverso, do efeito à causa.

Confirmando a importância da categoria mediação para a análise da questão social, diz Santos (2008: 45):

Para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social”.

Portanto no presente estudo existe a necessidade de se analisar as particularidades da questão social na sociedade brasileira capitalista e as formas como a questão social se expressa no processo de trabalho dos profissionais que em sua atuação identificam outras expressões da questão social na vida dos indivíduos.

## **2. As particularidades da Questão Social no Brasil**

A análise da sociedade brasileira, das particularidades do capitalismo nessa sociedade, é fundamental *para uma perspectiva histórica concreta, onde a mesma seja tomada como determinante e não como apenas “um cenário” em que se desenrolam os*

*fatos/objetos das referidas pesquisas. (SANTOS,2008). A categoria “modo de produção” quando analisada universalmente não abrange a todas as particularidades locais, por isso deve ser relacionada à categoria “formação social” com sua realidade local.*

Segundo Santos (2008:55),

Assim, para entender não só os modos de produção, mas suas “encarnações reais” há que recorrer a uma outra categoria que embora não esteja originalmente formulada em Marx do ponto de vista reflexivo, o está do ponto de vista ontológico: a de “formação social”.

Essa análise permite uma profunda identificação das heranças do capitalismo no Brasil e suas influências na atual conjuntura e nas expressões da Questão Social.

O Brasil possui desde o período colonial situações de “atraso” que são fundamentais para a constituição do modelo particular do Capitalismo brasileiro e conseqüentemente das expressões da Questão Social nesta sociedade.

No período Colonial o Brasil mantinha três tipos de relação de produção para arrecadação de dinheiro para a metrópole Portuguesa, a saber: escravista, feudal e latifundiária. Nestas relações, o que tinha valor era a terra dominada por um único “dono” que determinava o tipo de relação de produção estabelecida para atender à metrópole.

A escravidão do período colonial inicia uma cultura de formação profissional precária, que até hoje percebemos, além de relações de trabalho, sociais, culturais e éticas ainda precárias em nossa realidade. Segundo Behring e Boschetti (2011), *trata-se de uma situação estrutural, que retardou a consciência e ação política operária no Brasil, cujas primeiras manifestações como tal datam do início do século XX*, ou seja, a cultura de aceitação, mandonismo e paternalismo impediram uma revolução democrática no Brasil.

O Brasil sempre foi visto, pela metrópole, como exportador de matérias primas, esse fato coloca o Brasil anos luz atrás do capitalismo Europeu-Occidental.

Isso teve as maiores conseqüências enquanto determinante da força adquirida pelo mito de “país de vocação agrária” e a entronização da estrutura fundiária concentrada. Na medida em que o estágio de

desenvolvimento do capitalismo mundial impunha uma elevação dos graus de monopolização da tecnologia, ficava cada vez mais distante do Brasil a possibilidade de montar um esquema de acumulação capitalista endógeno até os anos de 1950. Isso porque, mesmo havendo capital acumulado disponível para investimento industrial, houve um “bloqueio da industrialização” (SANTOS,2008,p: 63)

Vestígios desse modo de produção do período colonial ainda são perceptíveis, como vemos no agro-negócio, um tipo de industrialização da produção primária, mas que ainda representa atraso e dependência. De acordo com Santos (2008) a modernização do agro-negócio se faz, no entanto, sob a mesma base sócio-política (a grande propriedade territorial) e com a mesma debilidade da modernização industrial (importando tecnologia e insumos), o que caracteriza, na atualidade uma espécie de “volta ao passado”.

Apesar do início da industrialização na década de 1950, o Brasil tinha opções restritas para essa inovação, porque a metrópole não disponibilizava opções para a industrialização, mantendo um mercado consumidor para seus produtos.

Evidencia-se, pois que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, operado no quadro do capitalismo dos monopólios, continuou limitado por mecanismos protecionistas de acesso à tecnologia por parte dos países cênicos, o que não permitiu qualquer eversão no lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. (SANTOS, 2008: 65)

Além disso, o Estado, ao oferecer incentivos aos grandes produtores não cobrava investimentos em pesquisas e desenvolvimento e também não desenvolvia nenhuma pesquisa com objetivo da inovação tecnológica, nem formava profissionais para esta área de atuação. A possibilidade de autonomia tecnológica fica cada vez mais distante, sobretudo, após as mudanças na base técnica da produção, chamadas por alguns de “Terceira Revolução industrial”. (SANTOS, 2008).

O Brasil mantém-se importador das inovações produzidas pelas grandes potências tecnológicas e continua na mesma situação de dependente apresentada no período colonial, exportando produtos primários; dependente dos grandes avanços alcançados por países desenvolvidos, se mantém no grupo dos periféricos. Essa realidade é reafirmada ao se instaurar a chamada terceira revolução industrial, que

concentra os investimentos em inovação tecnológica nos países da tríade- EUA, Japão e União Européia- mantendo a relação de dependência dos países periféricos, principalmente os latino- americanos.

A burguesia brasileira instaura uma disputa pelo poder, tendo em vista, as diferentes frações desta classe e portanto interesses distintos. A burguesia latifundiária e a industrial se movimentam no interior do Estado na busca da garantia de sua manutenção. Segundo Santos (2008,67: 68),

as classes dominantes brasileiras, no interior de suas diferentes frações, desenvolvem intensos processos de luta e acomodação de interesses econômicos disputando hegemonia no interior do Estado. Já deve estar claro para o leitor tratar-se nessa passagem, dos episódios de Revolução Burguesa à brasileira.

Na discussão de Santos (2008), está explícito que vários episódios fazem parte desse processo de Revolução Burguesa à brasileira, dentre eles, a proclamação da República, o golpe de 1930, a Ditadura Militar e a instauração de leis que favorecem setores particulares à cada fração da burguesia brasileira. Nesse período, destaca-se a diferenciação em relação à revolução burguesa européia, esta estava preenchida de interesses revolucionários e reformas visando a liberdade, já a brasileira estava cheia de interesses particulares da classe dominante. Essa formação social marca uma cultura onde os trabalhadores não são valorizados e o sistema burla as leis através de corrupção e cooptação para manter suas regalias.

Segundo Behring e Boschetti (2011:75),

O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambigüidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes.

No Brasil, inicialmente, o liberalismo trás uma visão da necessidade de cidadania, mas com isso existe a necessidade de uma reorganização do país para a formação de uma Nação, esse processo é interrompido pela introdução das necessidades particulares das burguesias locais.

Segundo Behring e Boschetti (2011:73),



Na verdade, o liberalismo é filtrado pelas elites nativas por meio de uma lente singular: a equidade configura-se como emancipação das classes dominantes e realização de um certo *status* desfrutado por elas, ou seja, sem incorporação das massas; na visão de soberania, supõe-se que há uma interdependência vantajosa entre as nações, numa perspectiva passiva e complacente na relação com o capital internacional; o Estado é visto como meio de internacionalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado.

Neste período de instauração do liberalismo, enquanto na Europa houveram muitas lutas sociais na busca de direitos sociais ampliados, e de uma vida sem o controle constante do Estado, no Brasil, a elite, através do Estado, garantiu direitos mínimos antes que os trabalhadores reivindicassem direitos mais amplos (Governo de Getúlio Vargas, 1930), e colocassem em risco vantagens da burguesia local, o que ficou conhecido como um processo de revolução passiva dos trabalhadores. Houve a instauração do Liberalismo econômico, não do político e social. E assim durante períodos políticos posteriores, outras decisões foram tomadas de cima para baixo, como percebemos ainda nos dias atuais, a pouca participação popular em órgão de controle social e político, uma sindicalização que não surgiu da luta popular e é enfraquecida, ainda mais, pelas novas táticas capitalistas de controle social.

Essa realidade favorece o enfraquecimento da democracia no país, o clientelismo e a falta de conhecimento crítico do povo, gerado por uma educação historicamente precária, geram mecanismos que burlam a efetivação de uma sociedade de direitos.

Nas palavras de Santos (2008:83),

A manipulação eleitoral a partir de fontes clientelistas encontra no aprofundamento das desigualdades sociais um forte aliado que transforma o voto numa mercadoria, vendida ou trocada, muitas vezes por bens e serviços básicos. Esses, embora legalmente instituídos como direitos, não são factualmente acessados de modo universal, o que faz disso uma fonte de poder para candidatos que podem comprá-los no mercado ou simplesmente “dar um jeitinho” de consegui-los nas instituições públicas.

Além deste fato, outros casos deixam claro que os políticos e representantes do governo não possuem compromisso com o povo devido a busca por vantagens individuais. Soma-se a isso a impunidade, várias irregularidades acontecem sem que a burguesia e o Estado paguem por isso.

De acordo com essa análise, percebe-se que no Brasil, além das expressões da Questão Social geradas pelo capitalismo Mundial, existe um reforço particular desta nação quando a burguesia e o Estado, aliados, defendem unicamente seus interesses, as lutas dos trabalhadores, historicamente, não tem reconhecimento do Estado burguês, enfatizando as expressões da Questão Social.

### **3. As expressões da Questão Social no processo de trabalho do assistente social na sociedade capitalista.**

Após a definição da Questão Social como sendo o objeto que dá concretude à profissão de Serviço Social, além de estudos sobre as expressões da Questão Social na vida dos usuários, os profissionais precisam identificar as expressões em seu **processo de trabalho**, considerando suas particularidades e analisando as relações entre o projeto ético-político da profissão e o estatuto assalariado, no qual a maior parte dos profissionais está inserido, sendo em instituições privadas ou públicas.

Para tanto, o profissional em seu processo de trabalho, dotado de seu conhecimento acadêmico e amparado pelas legislações pertinentes vigentes, deve, através da abstração das situações vivenciadas em seu processo de trabalho, negar a realidade e iniciar um processo de mediação, para então identificar as expressões da Questão Social que permeiam sua atuação.

Os profissionais de serviço social, quando inseridos no **estatuto assalariado**, vivenciam realidade comum aos outros assalariados, são inseridos na divisão técnica do trabalho e produzem mais- valia. Seu trabalho possui valor de troca, ou seja, valor de uso para o outro.

Implica uma forma específica de divisão do trabalho, cuja condição fundamental é que os sujeitos criem produtos determinados pelo elemento social do valor de troca. Trata-se da divisão de trabalho de estrutura histórica determinada, na qual o indivíduo encontra-se determinado pela sociedade. (IAMAMOTO: 419)

Nesse processo com formato mercantil, o produto do trabalho perde sua individualidade, serve apenas como valor de troca, a atuação do profissional de serviço social torna-se apenas uma parte do processo da formação do produto final, e através da **alienação** o profissional não se reconhece responsável pelo produto final.

Segundo IAMAMOTO (2012:419),

Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob a égide do capital, o processo de trabalho passa a ser realizado sob a forma de cooperação de muitos trabalhadores e meios de trabalho, verificando-se, ao mesmo tempo, um parcelamento das atividades necessárias à realização de um produto, sem precedentes em épocas anteriores.

O assistente social é inserido numa instituição, e vende sua força de trabalho durante o período determinado no contrato de trabalho firmado entre ele e a instituição, nesse contexto perde relativamente sua autonomia de atuação. Dentro da instituição é obrigado a obedecer a ordens e prioridades, além de manter relações profissionais saudáveis e participar de situações determinadas pelo “peso do poder institucional”. Portanto, a atuação profissional é dotada de influências econômicas e políticas.

Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. (IAMAMOTO: 424)

Um dilema na atuação profissional, que remete a necessidade da categoria mediação, já citada anteriormente, pois o projeto profissional do serviço social com foco no coletivo entra em confronto com a realidade social crua e individualista com inúmeras formas de impedimento da efetivação de uma atuação que almeja uma sociedade igualitária.

Além das categorias alienação e estatuto assalariado, soma-se aos entraves da atuação profissional, a burocracia.

A divisão do trabalho e as relações sociais dela derivadas, assentadas na propriedade privada capitalista, atribuem à burocracia sua base, qual seja, a separação entre interesses particulares e o interesse geral: cisão no interior do humano entre o privado e o público. (IAMAMOTO: 426)

Numa conjuntura de relações sociais alienadas A **burocracia** gera um formalismo que interfere diretamente na atuação profissional, muitas vezes prejudicando as intervenções do Serviço Social. Além disso, a burocracia é uma forma de não garantir direitos sociais aos usuários das políticas públicas. Essa forma de entrave se instaura no processo de trabalho do assistente social, impedindo a realização de um atendimento eficaz. Porém, a burocracia não é má nela mesma.

Com o início da chamada III Revolução Industrial, que mantém a situação de dependência do Brasil, o capitalismo inicia uma reformulação para a superação de uma crise, ou seja, inicia-se o processo de reestruturação produtiva.

Segundo Mota e Amaral (2010: 27),

Este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento da crise e se dá através da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro. Trata-se da reorganização das fases do ciclo do global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio- políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de reprodução social.

Essa reestruturação interfere diretamente no processo de reprodução social, ou seja, em todas as outras categorias que circunscrevem a vida em sociedade. Tanto em situações práticas do dia- a- dia como o desemprego e as necessidades sociais, quanto na ideologia, cultura e ética sociais. O trabalho do assistente social está diretamente vinculado a estas mudanças e é importante a manutenção da busca de enfrentamentos.

Um ponto chave para a atuação profissional é a **formação acadêmica**, que além da formação especializada, tem na grade curricular, a matéria **ética profissional**, em que serão discutidos os posicionamentos éticos profissionais que devem ser tomados nas realidades adversas de atuação.

### 3. Casos

Os casos serão analisados e ao fim, serão tabelados os resultados, para análise minuciosa dos fenômenos encontrados em situações adversas.

#### Caso 1

Menino de três anos de idade dá entrada no hospital via SISREG (Sistema de Regulação de Vagas do SUS), encaminhado de uma clínica da família para atendimento especializado.

O médico que atendeu o menino no acolhimento do hospital (1º atendimento) encaminhou o menino ao Serviço Social da unidade para que fossem realizadas avaliação social e encaminhamentos devidos (**ele identificou alguma violação de direitos, um caso social**). Além disso, o médico encaminhou o menino para realização de exames e internação.

A mãe chegou até o Serviço Social com encaminhamento médico e a equipe não compreendeu o encaminhamento, pois constava apenas “**solicito avaliação social**”. O serviço social, então, realizou contato com o médico do primeiro atendimento pois não encontrou nenhuma situação suspeita na entrevista social. O médico do acolhimento informou que suspeitava de abuso sexual, mas que não havia notificado sua suspeita aos órgãos protetivos de controle social, e portanto a cópia da ficha SINAN<sup>2</sup> não havia chegado ao serviço social para procedimentos devidos. O serviço social, então, solicitou o preenchimento da ficha SINAN ao médico, com a sua suspeita. **O mesmo informou desconhecer o preenchimento da ficha e a assistente social orientou ele no preenchimento.**

**A mãe não queria internar o menino e caso ela saísse do atendimento do acolhimento e fosse embora sem passar na sala do serviço social o caso não seria notificado e acompanhado.**

O menino foi internado na unidade até avaliação do resultado dos exames clínicos, que diagnosticaram: condiloma sexual no ânus, HPV e sífilis.

Após o preenchimento da ficha, o serviço social encaminhou a notificação ao conselho tutelar do território que abrangia a casa do menino. O menino só saiu da unidade com o conselheiro tutelar em direção ao IML para realização de exame corpo e delito e acompanhamento do Conselho Tutelar do território onde residia.

### **Análise:**

---

<sup>2</sup>Sigla de SISTEMA NACIONAL DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO, utilizada para controle dos agravamentos de saúde em geral.

Neste caso, observamos a **fragmentação do processo**<sup>3</sup> de trabalho e sua interferência na intervenção de um caso, quando a mãe da criança é encaminhada à sala de serviço social depois da consulta e poderia ter evadido do hospital. Essa fragmentação é entendida a partir da inserção do assistente social no estatuto assalariado e da fragmentação do processo de trabalho, atendendo a diretrizes mercantis.

Também observamos a **genericidade do encaminhamento médico**, onde o mesmo não informa detalhadamente a situação suspeita, interferindo no processo de intervenção uma vez que ao finalizar uma etapa do processo de trabalho, esta etapa deve ser finalizada com eficácia, quando se trata de usuários de políticas públicas.

Outra questão é o desconhecimento do profissional em relação ao preenchimento da ficha SINAN e principalmente o desconhecimento em relação à importância deste preenchimento, ou seja, a **alienação**. Isso é causado pela inserção do profissional no mercado de trabalho com uma atuação focalizada, e essa falta de conhecimento vem desde a formação profissional, a **aligeiração e comercialização da educação** não formam profissionais para atendimentos ampliados, mas para **atendimentos pontuais** em suas respectivas áreas.

Um ponto positivo é a importância da **autonomia profissional**, quando o serviço social só autoriza a saída da criança com o conselho tutelar da área de abrangência territorial.

## **Caso 2**

Adolescente de dezessete anos dá entrada no hospital, no acolhimento (a avó trouxe sem encaminhamento), o menino é internado, possui uma deficiência neurológica que o impossibilita de andar e falar bem, encontrava-se desnutrido- desnutrição grave. Nenhum profissional da equipe notificou o caso, devido à desnutrição que já aponta para uma possível situação de negligência.

Após internação para tratamento especializado, os profissionais que acompanham o menino ouvem relatos dos outros acompanhantes das demais crianças internadas de que a avó briga, xinga e bate no menino, dentro da unidade. Ninguém

---

<sup>3</sup> Neste caso, a fragmentação do processo de trabalho refere-se a interdisciplinaridade da equipe, em que cada profissional atua em área específica para alcançar uma intervenção total na saúde do usuário.

notifica ou evolui<sup>4</sup> no prontuário as denúncias (as evoluções no prontuário representam provas, quando juntadas as situações pontuais).

O adolescente não recebe visita de nenhum familiar, nem dos pais. A avó afirma que a mãe trabalha muito.

Após mais algum tempo de internação, um acompanhante relata a um médico que durante a noite a avó molesta o menino. O médico evolui em prontuário: “**solicito avaliação ao serviço social e saúde mental**” e vai à sala do serviço social contar o relato do acompanhante, nesse momento ele diz que se notificasse poderia sofrer processo judicial por calúnia e difamação. O serviço social solicita que o médico notifique o caso via ficha SINAN. **O caso não é notificado.**

O Serviço Social conversa com a avó do menino sobre as situações relatadas no hospital e **sofre ameaças (xingamentos, ameaças relacionadas à crença religiosa particular da avó e a processos judiciais contra o hospital por calúnia e difamação, além dela negar os relatos dos acompanhantes das outras crianças).**

**No prontuário, o serviço social, em resposta ao médico responsável pelo acompanhamento do menino, responde que solicita especificação sobre a demanda de avaliação social.**

O quadro do adolescente piora e é necessária a realização de uma cirurgia. A avó não autoriza e a equipe do hospital é obrigada a encaminhar à justiça a solicitação de uma autorização para cirurgia. O Juizado solicita que o caso também seja encaminhado para o Conselho Tutelar do território onde reside a criança. O serviço social deve fazer um relatório social do caso do adolescente, mas não tem registros em prontuário para enfatizar a situação, então encaminha relatório apenas respaldado pelas entrevistas e conversas realizadas pela equipe do serviço social e o quadro de desnutrição do menino, não sendo possível apontar as situações relatadas durante a internação, por não ter provas. A avó, então, autoriza a realização da cirurgia, mas o menino não resiste e vai a óbito.

### **Análise:**

---

<sup>4</sup> Ato de registrar no prontuário do paciente as situações vivenciadas na rotina hospitalar relacionadas ao paciente.

Neste caso identificamos uma situação de **violência** de diferentes formas, contra o adolescente e contra os profissionais. No que tange aos profissionais, que são o objeto da pesquisa, percebemos a ameaça da avó, mesmo que seja uma ameaça que não incomodou todos os profissionais, por suas opções religiosas, foi uma ameaça. Além disso, a ameaça de processo à instituição interferiu na atuação dos profissionais que não querem se envolver em questões profissionais para além do horário de trabalho, pelo **individualismo e falta de compromisso social** que a sociedade capitalista prega, e que não são notados pela sociedade devido ao processo de **alienação**.

Percebemos também a **genericidade da solicitação de avaliação** ao serviço social, justamente, pelo prontuário médico ser um documento no qual as informações possam comprometer o profissional, neste caso, se ele informasse o abuso sexual relatado pelos outros acompanhantes, teria que notificar o caso, do contrário estaria negligenciando oficialmente o adolescente.

A **Ética Profissional** também é evidenciada nesse caso. Todos os profissionais foram omissos, desde o início, quando surgem os primeiros relatos de maus tratos, tanto por não evoluírem em prontuário, quanto por não notificarem aos órgãos de controle social.

### **Caso 3**

Bebê dá entrada no hospital na primeira semana que saiu da maternidade. Os pais são ausentes e o bebê precisa de acompanhamento e afeto para evolução no quadro. O bebê permaneceu no hospital por 9 meses. O serviço social informa aos pais e aos avós que o bebê precisa de mais atenção da família. A equipe do hospital evolui no prontuário a ausência dos familiares e principalmente dos pais.

Em uma das visitas, o pai da criança agride a mãe e em conversa com o serviço social, **a mesma relata a agressividade do companheiro e diz que ele é envolvido com tráfico de drogas**.

O serviço social encaminha o caso à vara da infância e juventude, devido à ausência dos pais, e quando os mesmos retornam ao hospital para visitar o bebê não são informados do encaminhamento à justiça. A equipe decide informar apenas em data próxima a audiência, por medo da reação dos pais e por saber que o pai é envolvido com o tráfico, **a equipe tem medo e nenhuma proteção. É direito dos pais terem ciência**



**do encaminhamento do caso à justiça.** Mas o serviço social continua mantendo contato com os avós paternos e maternos, além dos pais, enfatizando a necessidade do acompanhamento.

**Próximo à audiência, os pais são informados do encaminhamento à justiça, os pais procuram explicações e a equipe do hospital fica apreensiva,** principalmente o serviço social que é responsável pelo contato com a família.

Em um contato com a avó materna (de criação), é informado que a criança poderá ir para abrigo e a mesma diz ser o melhor a fazer. A avó materna (de sangue) toma conhecimento do caso e chega ao hospital para saber da criança que pensava estar morta, segundo a filha havia lhe dito. A avó materna de sangue demonstra interesse em ficar com a criança. O serviço social avalia o caso e as versões para dar seu parecer perante a equipe técnica do Juizado.

O bebê fica com a avó materna de sangue, o serviço social tenta diminuir a situação de conflito familiar que se instaura informando aos pais seus direitos de rever a guarda do bebê.

### **Análise:**

Neste caso se destaca a situação de **violência** em diferentes formas, a intrafamiliar, contra a mulher, a urbana, mas nesta pesquisa, a violência urbana a que está submetido o profissional de saúde, a vulnerabilidade. Todos se sentem ameaçados pelo envolvimento do pai do bebê com o tráfico de drogas.

Um ponto favorável foi o trabalho em equipe, apesar de cada profissional atuar em sua área específica, todos evoluíram o quadro do bebê e sua situação diária em prontuário médico. Neste caso, foram quebrados as barreiras capitalistas geradas pela aligeiração da formação profissional, formação focalizada, falta de compromisso social e individualismo.

### **Caso 4**

A equipe do serviço social solicita reunião com a equipe médica para organizar os procedimentos de notificação aos órgãos de controle social. De acordo com a sugestão do serviço social, os médicos devem então preencher a ficha SINAN e fazer um breve relatório do seu atendimento e encaminhar a via original para a direção do

hospital encaminhar aos órgãos de controle do estado e a cópia para o Serviço Social dar prosseguimento às intervenções e encaminhamentos devidos (a cópia é entregue pela direção ao serviço social).

A principal discussão foi sobre a forma dos encaminhamentos: breves e vagos, **os médicos afirmam não ter tempo de fazer o relatório do atendimento** (por isso consta no encaminhamento “solicito avaliação social”), por sua vez, o serviço social ao receber tal encaminhamento deve ir até o médico buscar informações e corre o risco de não encontrá-lo, pois o mesmo pode estar almoçando ou já ter cumprido sua carga horária diária.

Os médicos solicitam que o serviço social esteja à disposição para quando surgir algum caso de suspeita de violação de direitos, seja contatado e realizem atendimento juntos. O serviço social por sua vez, possui uma rotina diária e nem sempre pode manter um profissional à disposição dos atendimentos no ambulatório.

Além dessas questões, as fichas preenchidas são encaminhadas à direção que precisa de um administrativo para encaminhar aos órgãos de controle social, o serviço social solicita um administrativo como os médicos possuem para encaminhar seus relatórios, o hospital informa não ter administrativo à disposição para realizar os encaminhamentos.

É colocada em pauta na reunião que muitas fichas SINAN não foram encaminhadas aos órgãos de controle social e nem chegaram às mãos do Serviço Social por falta de administrativo no hospital. **É extremamente importante o encaminhamento aos órgãos de controle social do estado, para enfatizar a importância de mais políticas sociais, tendo em vista um Estado que atua através de números, quantidade.**

Ficou decidido que os médicos encaminhariam as fichas SINAN com breve relatório do atendimento e quando as crianças fossem encaminhadas para internação, os mesmos evoluiriam em prontuário e copiariam ao serviço social. **Não houve um acordo com foco na busca da garantia dos direitos, houve um acordo burocrático.**

### Análise:

Neste caso percebemos o favorecimento da discussão da **burocracia**, em relação ao compromisso social e ético com o usuário, ou seja, compromisso com um atendimento de qualidade, devido ao **desconhecimento da importância dos encaminhamentos completos**, que gera a **genericidade dos encaminhamentos**, ramificações da **alienação** advinda do capitalismo. Além disso, o **sucateamento da saúde pública**, percebida na **falta de profissionais** para realização de trabalhos administrativos como encaminhamento de fax, controle de envio de documentos etc. Também percebe-se a **falta de um regimento interno da unidade de saúde**.

### **Caso 5**

Adolescente de quinze anos, soropositivo, vai às consultas sozinho e é encaminhado ao serviço social. **Todo mês o adolescente vai à unidade de saúde realizar profaloxia para HIV (tratamento anti agravamento do vírus) e é encaminhado ao serviço social, há recorrência de encaminhamentos.** Segundo uma das assistentes sociais o médico realiza encaminhamento para saber por que a mãe do menino não vai às consultas com ele, após o primeiro **encaminhamento genérico**, o serviço social entrou em contato com o médico para saber do que se tratava. O médico não sabe se ele tem noção da gravidade da doença e como o adolescente está em fase de descobertas sexuais, solicita comparecimento e acompanhamento próximo da família, pois o vírus não pode ser naturalizado ou banalizado, há preocupação do médico em relação ao adolescente.

Ao chegar à sala do serviço social, não é perguntado nada sobre a questão principal, o HIV, o menino é apenas questionado sobre a mãe que não comparece às consultas.

O serviço social afirma que há mais casos de adolescentes que desconhecem a gravidade da doença, **mas nunca foi realizada reunião com o médico infectologista para buscar uma solução eficaz visando a conscientização dos adolescentes** (não é comum a realização de reuniões de equipe, principalmente com os médicos do ambulatório) e **nenhum encaminhamento foi realizado**, existe apenas a idealização de um projeto por parte de uma assistente social, devido aos muitos encaminhamentos.

### **Análise:**

No início do relato, percebemos a **genericidade do encaminhamento** do médico ao serviço social, fazendo com que o serviço social entrasse em contato com o médico para saber do que se tratava. Essa genericidade ocorreu ou pela falta de tempo, tendo em vista os atendimentos serem contabilizados, de acordo com a determinação do estado, ou pelo desconhecimento da importância da informação completa da situação apresentada.

Neste caso percebemos que apesar da preocupação dos profissionais em relação à vida social desse usuário, a fase da adolescência, início da vida sexual, não se consegue elaborar um plano de intervenção eficaz pela **falta de tempo dos profissionais, não há reuniões de equipe** para elaboração de intervenções, **são muitos atendimentos para cada profissional**. Os profissionais fazem parte da concretização de um produto final, mas as atuações não se complementam. A saúde pública está precarizada, faltam profissionais e os que atuam nesse setor são sobrecarregados. Neste caso percebemos a inquietação dos profissionais em relação ao adolescente, mas a falta de possibilidade, ou talvez de empenho para a extinção dessa inquietação através de um estudo de caso, é impossibilitada pela rotina hospitalar. Além disso, os profissionais, apesar de estarem no mesmo processo de trabalho, não possuem afinidade, por não terem oportunidade de convívio dentro do hospital.

Neste caso, a evasão do paciente do hospital sem comparecer à sala do serviço social poderia ter acontecido sem que nenhum profissional notasse. A fragmentação do processo interdisciplinar, quando os profissionais atuam em espaços separados é um agravante. Neste caso, felizmente não aconteceu.

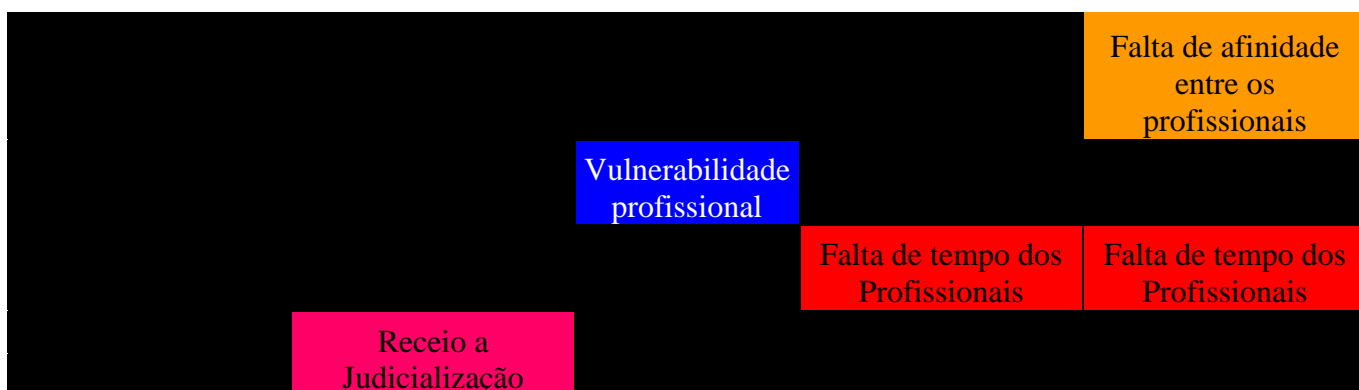
## **5. Análise geral dos dados coletados**

A partir das breves análises de cada caso, além de outras discussões em torno de outras temáticas como gênero, violência urbana, violência contra mulher que podem surgir da análise destes casos, esta pesquisa com foco no processo de trabalho interdisciplinar, no qual o assistente social está inserido, analisará algumas categorias que impossibilitam uma intervenção eficaz dentro de uma unidade de saúde pública, propondo, de acordo com revisão bibliográfica pertinente, possíveis soluções para cada situação.

Para direcionar as atuações dos profissionais, temos legislações como os Códigos de Ética de cada profissão, o SUS, o ECA, e a Cartilha de Maus- Tratos contra Crianças e Adolescentes pelos Profissionais da Saúde- Um passo a mais em Cidadania, do Ministério da Saúde, que também serão analisadas junto a cada situação. Abaixo

segue tabela em que as categorias destacadas na descrição de cada caso, **não foram favoráveis à intervenção**. No decorrer da análise, cada categoria será analisada separadamente em pontos positivos e negativos.

Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5
Fragmentação do Processo de Trabalho/ Interdisciplinaridade	Fragmentação do Processo de Trabalho/ Interdisciplinaridade		Fragmentação do Processo de Trabalho/ Interdisciplinaridade	Fragmentação do Processo de Trabalho/ Interdisciplinaridade
Genericidade do encaminhamento	Genericidade do encaminhamento		Genericidade do encaminhamento	
Desconhecimento da importância do processo/ notificação	Desconhecimento da importância do processo/ notificação		Desconhecimento da importância do processo	
Falta de Compromisso Social	Falta de Compromisso Social		Falta de Compromisso Social	
Formação e Atuação focalizada	Formação e Atuação focalizada		Formação e Atuação focalizada	
Aligeiramento e comercialização da educação	Aligeiramento e comercialização da educação		Aligeiramento e comercialização da educação	
	Violência contra profissionais/ ameaças	Violência contra profissionais/ violência urbana		
	Individualismo		Individualismo	
	Ética Profissional		Ética Profissional	
			Burocracia	Burocracia
			Precariedade da Saúde Pública/ poucos profissionais	Precariedade da Saúde Pública/ poucos profissionais
			Contagem de atendimentos/ cobrança do Governo/ Números	Contagem de atendimentos/ cobrança do Governo/ Números



Cabe salientar que a presente pesquisa encontra-se em desenvolvimento e que podem ser acrescentadas categorias, bibliografias e análises de acordo com a necessidade de conhecimento do objeto. A pesquisa completa será apresentada no final deste primeiro semestre de 2014, no trabalho de conclusão de curso de serviço social da UNISUAM.

## 6. Referências Bibliográficas

BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; **Questão Social e Direitos**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOTTOMORE Tom. Dicionário do **Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Zahar,1988.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**-. Ed. São Paulo: Cortez,2009.

IAMAMOTO,Marilda Vilela,**Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social – 7ª Edição** São Paulo : Cortez,2012.

MOTA, Ana Elizabete da; AMARAL, Angela S. do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social**. In: (Org.). *A nova fábrica de consensos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

